Hugo de S. Vitor

ANOTAÇÕES À EPÍSTOLA AOS ROMANOS

Índice Geral

INTRODUÇÃO.

QUESTÃO PRIMEIRA.

QUESTÃO TERCEIRA.

QUESTÃO QUARTA.

QUESTÃO SEXTA.

QUESTÃO DÉCIMA NONA.

QUESTÃO VIGÉSIMA.

QUESTÃO VIGÉSIMA PRIMEIRA.

QUESTÃO TRIGÉSIMA.

QUESTÃO TRIGÉSIMA SEGUNDA.

QUESTÃO TRIGÉSIMA TERCEIRA.

QUESTÃO TRIGÉSIMA QUARTA.

QUESTÃO TRIGÉSIMA QUINTA.

QUESTÃO TRIGÉSIMA SEXTA.

QUESTÃO TRIGÉSIMA SÉTIMA.

QUESTÃO TRIGÉSIMA OITAVA.

QUESTÃO TRIGÉSIMA NONA.

QUESTÃO QUADRAGÉSIMA.

QUESTÃO QUADRAGÉSIMA TERCEIRA.

QUESTÃO QUADRAGÉSIMA QUARTA.

QUESTÃO QUADRAGÉSIMA QUINTA.

QUESTÃO QUADRAGÉSIMA NONA.

QUESTÃO QUINQUAGÉSIMA.

QUESTÃO QUINQUAGÉSIMA QUINTA.

QUESTÃO QUINQUAGÉSIMA SEXTA.

QUESTÃO SEXAGÉSIMA

QUESTÃO OCTOGÉSIMA.

QUESTÃO OCTOGÉSIMA PRIMEIRA (SEGUNDA PARTE)

QUESTÃO OCTOGÉSIMA SEXTA.

QUESTÃO NONAGÉSIMA QUARTA.

QUESTÃO NONAGÉSIMA QUINTA.

QUESTÃO NONAGÉSIMA SEXTA.

QUESTÃO NONAGÉSIMA SÉTIMA.

QUESTÃO NONAGÉSIMA NONA.

QUESTÃO CENTÉSIMA PRIMEIRA.

QUESTÃO CENTÉSIMA TERCEIRA.

QUESTÃO CENTÉSIMA OITAVA.

QUESTÃO CENTÉSIMA VIGÉSIMA.

QUESTÃO CENTÉSIMA VIGÉSIMA QUARTA.

QUESTÃO CENTÉSIMA VIGÉSIMA SEXTA.

QUESTÃO CENTÉSIMA VIGÉSIMA SÉTIMA.

QUESTÃO CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA.

QUESTÃO CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA SEXTA.

QUESTÃO CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA.

QUESTÃO CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA OITAVA.

QUESTÃO CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA QUARTA.

QUESTÃO CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA OITAVA.

QUESTÃO CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA NONA.

QUESTÃO CENTÉSIMA NONAGÉSIMA PRIMEIRA.

QUESTÃO DUCENTÉSIMA VIGÉSIMA PRIMEIRA.

QUESTÃO DUCENTÉSIMA VIGÉSIMA SEGUNDA.

QUESTÃO DUCENTÉSIMA VIGÉSIMA TERCEIRA.

QUESTÃO DUCENTÉSIMA VIGÉSIMA SÉTIMA.

QUESTÃO DUCENTÉSIMA VIGÉSIMA OITAVA.

QUESTÃO DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA SEGUNDA.

QUESTÃO DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA OITAVA.

QUESTÃO DUCENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA SEXTA.

QUESTÃO DUCENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA.

QUESTÃO DUCENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA QUARTA.

QUESTÃO DUCENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SEXTA.

OBJEÇÃO À SOLUÇÃO DA QUESTÃO DUCENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SEXTA.

QUESTÃO DUCENTÉSIMA OCTOGÉSIMA.

QUESTÃO DUCENTÉSIMA OCTOGÉSIMA PRIMEIRA.

QUESTÃO DUCENTÉSIMA OCTOGÉSIMA SEGUNDA.

QUESTÃO DUCENTÉSIMA OCTOGÉSIMA SEXTA.

QUESTÃO TRICENTÉSIMA SEGUNDA.

QUESTÃO TRICENTÉSIMA TERCEIRA.

QUESTÃO TRICENTÉSIMA QUARTA.

QUESTÃO TRICENTÉSIMA QUINTA.

QUESTÃO TRICENTÉSIMA SÉTIMA.

ANOTAÇÕES À EPÍSTOLA AOS ROMANOS : Index.

QUESTÃO TRICENTÉSIMA OITAVA.

Hugo de São Vitor

ANOTAÇÕES À EPÍSTOLA AOS ROMANOS

- Questões Escolhidas -

INTRODUÇÃO.

Paulo é nome próprio junto aos hebreus, aos gregos e aos latinos, sem ter, todavia, o mesmo significado. Para os hebreus significa "admirável" ou "eleito"; para os gregos significa "quieto"; para os latinos significa "pequeno". Este nome foi dado com propriedade a Paulo por causa das duas ou três virtudes que estas significações sugerem.

n

QUESTÃO PRIMEIRA.

Pergunta-se como Paulo seja dito servo, se ele próprio diz em outro lugar:

"Vós não recebestes o espírito de servidão para estardes novamente com temor".

Rom.

8, 15

E também:

"Portanto, já nenhum de vós é servo, mas filho".

Gal.

4,

7

E o Senhor, no Evangelho:

"Já não vos chamo mais de servos, mas de amigos".

> Jo. 15,

> > 15

Por acaso Paulo não era amigo?

SOLUÇÃO.

Dois gêneros de temor fazem dois gêneros de servos, a saber, o temor servil e o tenor filial. Paulo era servo pelo temor filial, e não pelo servil. Esta servidão não reduz a liberdade ou a amizade, mas, ao contrário, a estabelece.

QUESTÃO TERCEIRA.

Como se realizou a própria Encarnação?

SOLUÇÃO.

Digo que o próprio Verbo de Deus se fêz carne, isto é, homem. Todavia, não sofreu mutação, nem se converteu em homem ou em carne, mas se revestiu de carne para que se manifestasse aos homens. Esta união se realizou de tal modo que nem a natureza divina se mudou em humana nem a humana se mudou em divina, nem uma nova natureza ou uma nova pessoa se fêz a partir de duas naturezas. As duas naturezas, porém, se uniram inefavelmente em Cristo de tal modo que o assumente conferisse pela graça ao assumido tudo o que possuísse por natureza e tudo o que fosse assumido pela natureza se tornasse do assumente pela dignação. De onde que o todo é dito Deus, o todo é dito homem, e vice versa o homem Deus e Deus homem, o que nas substâncias dos homens não ocorre.

QUESTÃO QUARTA.

Como na Encarnação o todo é dito Deus e o todo é dito homem, se estas duas naturezas não são partes daquela pessoa?

SOLUÇÃO.

Diz-se isto por semelhança, porque as duas naturezas são unidas em Cristo como partes no todo, mas diversamente. De fato, a pessoa de Cristo não possui ser pela união da humanidade com a divindade, como o todo possui ser pela conjunção das partes. A pessoa de Cristo não possui novo ser pela união de ambas as naturezas. Estas naturezas não são partes da pessoa, o que é manifesto por uma delas poder ser predicada da pessoa, como quando se diz (vide Nota 1):

"Cristo é a natureza divina".

Da mesma forma, os nomes das naturezas se predicam entre si, como quando se diz:

"Deus é homem",

e também (vide Nota 2):

"o homem é Deus",

o que não ocorre no todo integral e em suas partes.

NOTA 1.

Santo
Tomás de
Aquino
escreve
também o
seguinte, a
este
respeito,
na Summa
Theologiae:

"Em Deus existe identidade da pessoa com a natureza, e por causa desta identidade a natureza divina predica-se do Filho de Deus; todavia, o modo da significação não é o mesmo, e por isso algumas coisas podem ser predicadas do Filho de Deus que não podem ser ditas

da
natureza
divina,
como
quando
dizemos
que o Filho
de Deus é
gerado, e
não
podemos
dizer que a
natureza
divina seja
gerada".

Summa
Theologiae
III^a
Parte
Q. 16 a.
5 ad. 1

NOTA 2.

Santo Tomás de Aquino também tratou deste mesmo tema da predicação mútua das duas naturezas humana e divina de Cristo em dois artigos sucessivos da terceira parte da Summa Theologiae, nos quais ele se pergunta,
respectivamente,
se é verdade, no
tocante ao
mistério da
Encarnação,
dizer que "Deus
é homem" e que
"O homem é
Deus" (cf. S.
Tomás de
Aquino: Summa
Theologiae, IIIa.
P., Q. 16 a. 1-2).

QUESTÃO SEXTA.

O que não ocorre na substância do homem, que ocorre nas substâncias de Cristo?

SOLUÇÃO.

No homem nem a carne é a alma, nem a alma é a carne, nem o homem é a carne ou a alma, como Deus é homem ou o homem é Deus, e Cristo é ambos. Isto ocorre porque a união entre Deus e o homem é maior do que a união entre a carne e a alma. De fato, a alma unida à carne não lhe confere tudo o que ela possui por natureza, a carna não sendo capaz de muitas coisas que são da alma, assim como Deus unido ao homem se infunde todo nele.

QUESTÃO DÉCIMA NONA.

Se o homem assumido é Deus.

SOLUÇÃO.

Muitos dizem que não, aos quais a autoridade contradiz abertamente. Diz, de fato, o Apóstolo, que em Cristo

> "habita a plenitude da divindade".

> > Col.

2,

9

E Santo Ambrósio diz:

"Tudo o que possui o Filho de pela natureza, também o possui o Filho do homem pela graça".

Também o diz o Senhor, falando de si mesmo:

"Foi me dado todo o poder, no Céu e na Terra".

> Mt. 28, 18

Se possui a onipotência, é onipotente; se é onipotente, é Deus. Também São João Apóstolo diz dEle que

> "Deus não Ihe dá o Espírito por medida".

> > Jo. 3, 34

Ora, segundo aqueles que negam que o homem assumido seja Deus, ter-lhe-ia sido dado o Espírito por medida, já que não possui tudo o que possui o Verbo, ao qual está unido pessoalmente.

ANOTAÇÕES À EPÍSTOLA AOS ROMANOS : C.6.	

QUESTÃO VIGÉSIMA.

Se este homem, sendo onipotente, pode perdoar os pecados.

SOLUÇÃO.

Este homem pode perdoar os pecados, não porque homem, mas porque Deus, assim como pode reduzir o mundo ao nada, se o quisesse.

QUESTÃO VIGÉSIMA PRIMEIRA.

Se a criatura não se iguala ao Criador, se a alma de Cristo, ou o homem assumido possui pela graça tudo aquilo que Deus possui por natureza.

SOLUÇÃO.

Não há igualdade da criatura para com Deus, porque uma coisa é ser a sabedoria, outra coisa é saber pela sabedoria; uma coisa é possuir algo pela natureza, outra pela graça.

AO QUE PODE OBJETAR-SE:

Se se afirma que tudo o que o Verbo possui por natureza, o homem possui pela graça, o Verbo possui a eternidade pela natureza, portanto o homem a possuiria pela graça e, se isto é assim, o próprio homem seria eterno.

SOLUÇÃO.

A expressão eterno denota negação. É propriamente dito eterno aquilo que sempre foi e nunca começou a ser. De onde que, porque eterno não predica de modo simples pessoa de natureza divina, mas também designa tal negação, o homem não deve ser dito eterno. Ou pode também dizer-se que aquele homem é o Deus eterno, mas não um homem eterno.

QUESTÃO TRIGÉSIMA.

Se é verdade, como muitos dizem, que a vontade com a obra não vale mais do que a vontade sem a obra, como diz o Apóstolo:

> "Desejo vervos para ter algum fruto em vós"?

> > Rom.

1,

11

Pois não teria mais mérito pela obra do que o teria apenas pela vontade.

SOLUÇÃO.

Para nós parece ser um bem maior a obra com a vontade do que apenas a vontade sem a obra. Dizem, porém, eles: "Paulo desejava vir para que com a obra crescesse a vontade, e assim maior fosse o mérito". Mas o que eles dirão da Paixão de Cristo? Por acaso Cristo não mereceu mais padecendo do que antes, apenas pelo desejo? Pois neste caso eles não podem dizer que a sua vontade aumentou durante a paixão, para que assim crescesse o mérito.

QUESTÃO TRIGÉSIMA SEGUNDA.

Pergunta-se por que Paulo atribui a eficácia da justiça à fé, e não à caridade, quando diz:

"O justo vive da fé"?

> Rom. 1, 17

Pois às vezes existe fé onde não há nenhuma justiça, mas a caridade nunca existe sem a justiça.

Alguns respondem a isto dizendo que a caridade e a justiça são o mesmo, e por isso uma não pode ser a causa de outra. Ou ainda, mesmo que a caridade seja a causa da justiça, todavia é conveniente que a fé, que é causa da caridade, seja dita causa da justiça, porque tudo o que é causa da causa, é causa também do efeito.

Deve-se saber também que outra coisa é crer Deus existir, que é a fé do conhecimento; outra coisa é crer por Deus, que é a fé do consentimento; outra coisa é crer em Deus, que é a fé da confiança; outra coisa é crer a Deus, que é inclinar-se para Deus pela fé e pelo amor.

Ademais, uma coisa é o que se crê e outra, aquilo pelo qual se crê. Ambos frequentemente são designados pelo nome de fé.

Ademais, aquilo pelo qual se crê às vezes é informado pela caridade e somente então, segundo alguns, poderia chamar-se de virtude; quando fosse sem a caridade, seria uma qualidade informe e não seria virtude, nem justificaria.

A outros parece que onde quer que exista a fé, mesmo a do conhecimento, quanto a si sempre justifica; seu efeito, todavia, às vezes seria impedido pela abundância do mal. A fé é uma virtude pela qual crêem-se coisas que não se vêem, ou a certeza de coisas invisíveis pertencentes à religião acima da opinião e abaixo da ciência. A caridade justifica, e também a fé, a graça e Deus; estas quatro, portanto, justificam.

SOLUÇÃO.

Não é verdade que estas quatro coisas justificam porque isto ocorreria separadamente. De fato, a caridade justifica na fé e pela fé e, na caridade, a graça e, pela graça, Deus.

QUESTÃO TRIGÉSIMA TERCEIRA.

O Apóstolo diz que

"as coisas
invisíveis de
Deus, depois da
criação do
mundo,
compreendendose pelas coisas
feitas, tornaramse visíveis".

Rom.

1,

20

Por que ele as menciona no plural, dizendo "as coisas invisíveis de Deus", se Deus é simples e uno, nem há nada em Deus que não seja Deus, nem nada se diz aqui como invisível de Deus que não seja o próprio Deus?

SOLUÇÃO.

O que é uno e simples por natureza não chega ao nosso conhecimento como uno e simples, mas como muitos. Raramente compreende-se por que este conhecimento nos chega deste modo, pois o olho interior ainda não pode alcançar aquela inefável simplicidade e unidade que é Deus e compreendê-lo assim como Ele é. De onde que, ao compreendermos Deus ser bom, sábio, onipotente, etc., Ele, que é uno em sua natureza, nos chega à mente como muitos.

Desta questão tem origem outra mais elevada, se as coisas que são entendidas pela razão humana como muitas designam alguma diferença, seja em si mesmo, seja em Deus. Entre si não diferem substancialmente, ou pessoalmente, como as razões eternas das coisas que existiram na mente de Deus, as quais consta que de algum modo diferem, não sendo certo, porém, de que modo.

QUESTÃO TRIGÉSIMA QUARTA.

Diz o Apóstolo que

"as coisas
invisíveis de
Deus
compreendemse pelas
coisas feitas,
assim como o
seu poder
eterno e a sua
divindade".

Rom.

1,

20

Por que motivo o Apóstolo distingue o poder eterno de Deus e a sua divindade das coisas invisíveis de Deus, se ambas as primeiras também são invisíveis? De fato, não se pode dizer convenientemente que os animais vivem, e também os homens e os cavalos, já que os homens e os cavalos são animais.

SOLUÇÃO.

Alguns dos nomes que são ditos de Deus significam o que Deus não é, como imortal, imenso, eterno e infinito. Outros designam o que há em Deus, como sábio e bom. Outros, enfim, pela sua predicação designam o que é Deus, como bondade e sabedoria. Às coisas invisíveis de Deus o Apóstolo acrescentou também o seu eterno poder e a sua divindade para que alguém não julgasse que somente pudessem ser compreendidas pela inteligência da criatura aquelas que indicam o que não é Deus, como imenso.

Pode-se dizer também, segundo outros, que pelas coisas

invisíveis de Deus entende-se o Pai, pelo seu eterno poder o Filho, pela divindade o Espírito Santo. Segundo isto pareceria que os filósofos teriam tido, através das coisas criadas, conhecimento da suma Trindade. Mas Santo Agostinho, comentando o Êxodo, diz que os filósofos não chegaram ao conhecimento da terceira Pessoa, tendo somente filosofado 'perí ton agaton', isto é, 'sobre o Pai', e 'perí nóon', isto é, 'sobre o Filho'. Quanto a isto, dizem alguns que os filósofos não tiveram, nem poderiam ter tido, a distinção da suma Trindade que a fé católica confessa, a não ser mediante a Revelação. De fato, Deus pode ser conhecido de quatro modos. Dois destes modos são interiores; o primeiro é pela razão natural, designado pelo Apóstolo quando diz:

"O que se pode conhecer de Deus, élhes manifesto";

Rom.

1,

19

o segundo é pela inspiração divina, também designado em seguida pelo Apóstolo quando diz:

"pois Deus Ihos manifestou".

Rom.

1,

19

Os dois outros modos são exteriores; o primeiro é pelas coisas criadas, designado pelo Apóstolo quando diz:

"As coisas invisíveis de Deus, depois da criação do mundo, compreendemse pelas coisas feitas";

Rom. 1, 20

e o segundo é pela Sagrada Escritura, modo este que é suficientemente manifesto. Deus, assim, quis em algumas coisas esconder-se, para que a fé tivesse mérito, e em outras manifestar-se, para que a infidelidade não tivesse desculpa.

Deve-se observar também que na magnitude de todas as coisas nota-se a potência divina, na beleza a sabedoria, na utilidade a bondade, de onde que consta que não somente em todas as coisas, como também em cada uma delas reluz uma certa imagem e vestígio da Trindade.

Devemos, todavia, proceder com cautela quando examinarmos alguma semelhança, seja para demonstrar a identidade da essência, seja para sugerir a distinção das pessoas ou para mostrar que a Encarnação pertence somente ao Filho, embora seja obra da Trindade.

QUESTÃO TRIGÉSIMA QUINTA.

Por que pelas coisas invisíveis de Deus entende-se principalmente o Pai, em vez do Filho ou do Espírito Santo, se também estes são invisíveis?

SOLUÇÃO.

Porque nunca se leu o Pai ter-se manifestado sob espécies visíveis, assim como o Filho no homem assumido e o Espírito Santo sob as espécies da pomba e nas línguas de fogo.

QUESTÃO TRIGÉSIMA SEXTA.

Por que o Filho pelo eterno poder?

SOLUÇÃO.

Porque ele é o poder operativo de Deus, pelo qual todas as coisas foram feitas.

QUESTÃO TRIGÉSIMA SÉTIMA.

Por que o Espírito Santo é significado pela divindade? SOLUÇÃO.

Foi-lhe dado um nome comum como se fosse próprio para que ficasse manifesto que procede conjuntamente do Pai e do Filho.

Pelas coisas invisíveis pode-se entender também o Espírito Santo, dizendo-se invisíveis no plural porque causa da diversidade de seus dons; pelo poder o Pai, a cuja propriedade costuma referir-se o poder; e pela divindade, ou Deidade, o Filho. Assim, de fato, diversos julgaram diversamente.

QUESTÃO TRIGÉSIMA OITAVA.

Pergunta-se sobre o que diz o Apóstolo a respeito dos filósofos, afirmando que são indesculpáveis,

"porque,
tendo
conhecido
a Deus,
não o
glorificaram
como
Deus".

Rom.

1,

21

Pois parece que poderiam desculpar-se; não lhes teria sido conferida tanta graça pela qual poderiam ter glorificado a Deus. Porventura poderiam glorificar a Deus sem a caridade? Pode alguém possuir a caridade sem a fé? Porventura poderiam amá-Lo com aquele grau de conhecimento que tiveram?

SOLUÇÃO.

Foram indesculpáveis porque não fizeram o quanto teriam podido.

QUESTÃO TRIGÉSIMA NONA.

Pergunta-se, ademais, se tivessem feito quanto podiam e tivessem saído desta vida neste estado, se seriam dignos da salvação. Pois quem pode ser digno da salvação sem a fé, ou quem pode perecer sem a caridade? Mestre Pedro Abelardo diz que eram dignos da salvação, isto é, que se lhes desse por onde se salvassem, porque se tivessem feito o quanto pudessem nunca Deus lhes teria permitido o trânsito sem a fé. Outros dizem que eram indesculpáveis porque com aquele grau de conhecimento poderiam amar e imediatamente, a partir deste estado, lhes teria sido concedida a fé. Porém segundo estes a fé proviria da caridade, e não a caridade da fé. Outros, finalmente, pensam que nenhum grau de conhecimento seria suficiente para amar a Deus, mas que se tivessem feito o que pudessem imediatamente Deus lhes teria dado a fé pela qual amariam a Deus e assim o glorificariam. Aos quais pode objetar-se que não poderiam ter merecido a fé, ao que talvez responderiam que, embora não tivessem podido merecer a fé, a partir da que possuíam poderiam ter-se tornado idôneos e aptos para receberem a fé. Como podem saber, porém, que a partir desta se tornariam idôneos ou, se idôneos, como podem saber que a fé lhes teria sido concedida? Todavia ali não houve pregação.

SOLUÇÃO.

Nós cremos que poderiam ter glorificado a Deus em parte. Ainda que não o tivessem feito perfeitamente, se atribuíssem a Deus aquilo que receberam, e buscassem a glória de Deus e não a deles, teriam glorificado a Deus segundo algo, no que teriam amado a Deus, ainda que não o pudessem fazê-lo perfeitamente.

PODE OBJETAR-SE QUE,

se assim fosse, pelo conhecimento que possuíam poderiam em parte amar a Deus. Poderiam tê-lo feito, portanto, pela caridade que possuíam o pela caridade que não possuíam. Não o teriam podido, entretanto, pela que não possuíam. Portanto o teriam feito pela que possuíam e, deste modo, possuíam o amor de Deus, e assim seriam dignos da salvação.

SOLUÇÃO.

Deve-se conceder que poderiam ter amado a Deus pela caridade que possuíam. Todavia não se pode dizer de modo simples que passariam a amar a Deus, assim como se o homem enfermo e fraco carrega uma pedra pela força que possui não se pode dizer de modo simples este homem ser forte ou possuir fortaleza. Não concedemos, de fato, que aqueles que estão em pecado mortal não possam realizar nenhuma boa obra, como alguns dizem, mas que fazem muitos bens, insuficientes porém, para a salvação, por causa do maior mal que possuem.

QUESTÃO QUADRAGÉSIMA.

Pergunta-se se a razão natural pode algo sem o auxílio da graça.

SOLUÇÃO.

Dizem alguns que a razão natural pode muitas coisas por si, como é manifesto pelos filósofos os quais, apoiando-se apenas na razão, não só alcançaram muitas coisas no conhecimento da verdade sobre as criaturas, como também sobre o Criador, tendo conhecido que Deus existe, e que é uno e trino. Mas não parece ter sido possível que tivessem chegado a este conhecimento sem o auxílio da graça. De onde que, dizendo o Apóstolo

"o que pode se conhecer de Deus élhes manifesto",

imediatamente acrescenta:

"pois Deus Ihos manifestou".

Rom.

1,

19

QUESTÃO QUADRAGÉSIMA TERCEIRA.

Diz o Apóstolo:

"entregouos Deus
aos
desejos de
seu
coração, às
paixões da
ignomínia,
a um
sentimento
depravado".

Rom.

1,

24-

28

Por estas autoridades, e muitas outras, como esta:

"DeuIhes
um
espírito
de
torpor,
para
que
vendo
não
vejam,
e
ouvindo
não
ouçam";

Rom.

11,

8

e também:

"Endureceuse o coração do Faraó";

Ex.

7,

13

"Ele tem misericórdia de quem quer, e endurece a quem quer".

Rom.

9,

18

Por estas e por muitas outras passagens parece que muitos males podem realizar-se por obra de Deus. Santo Agostinho também reúne em um mesmo lugar muitas passagens para argumentar a este respeito, depois do que conclui que por elas fica manifesto que pertence a Deus operar no coração dos homens, nos bons inclinando pela sua misericórdia aos bens e nos maus inclinando aos males pelo seu julgamento, às vezes oculto, às vezes manifesto, sempre, todavia, justo.

Do mesmo modo, lemos no Apocalipse:

"Porventura
não é justo
que aquele
que está
na
impureza
se torne
ainda mais
impuro?"

De onde vem esta justiça? Não será de Deus, de quem provém toda justiça? De onde que parece que é Deus quem opera isto. Do mesmo modo, o pecado que é pena de um pecado precedente, de quem provém? Toda justiça provém de Deus, e este pecado é uma pena justa, de onde que parece que tem sua origem de Deus.

SOLUÇÃO.

Alguns respondem a isto dizendo que todo pecado provém de Deus, não apenas aquele que é pena de outro pecado, mas também aquele que é apenas culpa, os quais concedem que o furto, o latrocínio, o adultério, provém de Deus, conforme diz o profeta:

"Não há mal na cidade que não seja por disposição de Deus". Amós

3,

6

Estes também pela razão procuram provar o mesmo: toda essência, de fato, provém de Deus. Ora, a vontade má e a ação má são pecado, e possuem essência, de onde que se conclui, segundo a opinião deles, que o pecado provém de Deus.

A estes pode-se objetar: o que é fazer o pecado, senão pecar? O que é fazer adultério, senão adulterar? O que é fazer o furto, senão furtar? De onde que se se concede que Deus faz o pecado segue-se que Deus peque, furte, adultere e mate, o que não apenas é nefando de se dizer, como também de se pensar.

Esta objeção sobre a vontade má e sobre a ação não boa, que são algo, e que, deste modo, procederiam de Deus, resolve-se deste modo: o pecado, considerado em si mesmo, é uma coisa distinta do pecado considerado segundo outro. O pecado, considerado em si mesmo, é uma certa desordenação ou privação da justiça. Neste sentido, ele nada mais é do que a ausência da justiça, de onde que não procede de Deus, por não ser nada. Deus, de fato, não pode ser o autor daquilo que nada é. A vontade má e a ação não boa são pecados segundo outro, isto é, segundo uma desordenação; são alguma coisa, mas são ditas pecado não pelo que possuem, mas pelo que não possuem. São, efetivamente, pecado, porque não possuem ordem nem modo.

Quanto à autoridade do profeta, a qual diz que

"Não há mal na cidade que não seja por disposição de Deus", pode entender-se do mal da adversidade ou do mal da perversidade. Ou talvez nem sequer tenhamos que entendê-la do mal da adversidade, se examinarmos mais diligentemente a circunstância desta Escritura. Acrescenta, de fato, o profeta logo a seguir:

"porque
 o
Senhor
 nada
faz sem
 ter
revelado
antes o
 seu
segredo
aos
profetas
seus
servos".

Amós 3, 7

Há alguns que levantam objeções semelhantes quanto ao poder de pecar, pois ele provém de Deus; sendo ele pecado, deste modo parece que o pecado provém de Deus. Mas este argumento de nada vale, porque o poder de pecar nem é pecado, nem é causa suficiente do pecado sem a vontade.

QUESTÃO QUADRAGÉSIMA QUARTA.

Pergunta-se novamente se toda vontade provém de Deus, já que nada existe que não tenha seu ser proveniente de Deus.

SOLUÇÃO.

Não se deve conceder que se nada há que não tenha o ser proveniente de Deus então toda vontade provém de Deus, isto é, tanto a boa quanto a má. O mesmo entende-se do agir. Quando nos referimos a uma ação ou vontade má, a expressão mais denota a qualidade do que a essência. Pelo que, embora ela tenha por onde seu ser possa ser dito proveniente de Deus, como sua qualidade, todavia, não é proveniente de Deus, não se deve dizer que a ação ou a vontade má sejam provenientes de Deus. Deve observar-se que a desordenação que é dita ser qualidade da má ação por causa do modo semelhante da resposta, ou na medida em que tomamos o termo qualidade de modo amplo enquanto pode designar-se por ele tanto o que algo é como o que não é. Do mesmo modo, a afirmação segundo a qual a essência de uma ação provém de Deus pode ser entendida de duas maneiras: ou que ela própria provenha de Deus ou que aquilo pelo qual ela possui ser provenha de Deus.

Outros, porém, dizem que nem todo pecado provém de Deus, mas somente o que é pena de outro pecado, o qual efetivamente se realizaria pela operação de Deus. Dizem estes, de fato, que se quando a Escritura Deus

"te-los entregado a um sentimento depravado"

Rom.

1,

28

estas palavras devam ser entendidas como referindo-se apenas à permissão, de modo geral poder-se-ia dizer o mesmo de todo pecado, isto é, que Deus o opera. Nunca, porém, se diz Deus entregar alguém a algum pecado, senão ao que já é pena de outro pecado.

Do mesmo modo, se estas palavras devessem ser entendidas como referindo-se à subtração da graça, ficaria também evidente que seria Deus que, ao subtrair a graça, operaria tal pecado. De fato, se o pecado se segue de modo necessário à subtração da graça, qual seria a sua causa senão o que a subtraíu? Tratar-se-ia da mesma situação de uma casa que tivesse algum fundamento sem o qual não pudesse permanecer de pé; se alguém retirasse este fundamento, quem se tornaria causa do desabamento, senão aquele que o tivesse retirado? Ou se alguns homens estivessem em botes em alto mar e alguém os afundasse, sendo que sem estes botes os homens não poderiam viver, qual seria a causa de sua morte senão quem afundou os botes?

Com estas e outras semelhanças procuram afirmar que Deus opera alguns pecados, ainda que não todos.

Não parece, porém, existir semelhança entre a casa, que nada pode merecer, e o homem, por cuja culpa é-lhe retirado aquilo sem o qual não pode perseverar. A semelhança seria mais conveniente se houvesse uma casa prestes a cair e alguém a escorasse com as mãos para que, sustentando-a, não viesse a cair e se, posteriormente, por uma exigência racional, retirasse as mãos. Não seria, efetivamente, a causa pela qual a casa teria caído, mas sim a causa pela qual a casa não tivesse caído antes. Assim como se alguém estivesse nú e outro lhe desse roupas para vestir mas, já vestido, o primeiro passasse a ofender de tal modo ao segundo que este razoavelmente lhe tomasse as roupas de volta; se o primeiro viesse a morrer por causa do frio, quem será a causa desta morte, senão o próprio homem que morreu nú? E assim também se alguém, por exigência de alguma causa, retira a alguém os ensinamentos que antes lhe oferecia, não faz isto operando algo, mas mais não operando o que antes operava. Assim também dizemos que Deus, subtraindo a graça, por exigência de nossa culpa, não é ele próprio a causa pela qual a graça nos é subtraída quanto a nós,

nem Ele faz isto operando algo, mas não operando o que antes não operava. Assim também por nenhuma razão deve-se conceder que pela operação de Deus se realize algum pecado, seja ele ou não pena de outro pecado.

O que, portanto, diz Santo Agostinho que Deus opera nos corações dos homens, seja inclinando ao bem ou ao mal, é dito operar ou pela semelhança do modo do uso da palavra subtrair, que em latim é construída com o caso acusativo, como se significasse fazer algo ou, melhor ainda, porque operar é tomado tanto pelo operar como pelo não operar, conforme diz o Apóstolo:

"O que eu faço, não o entendo".

Rom. 7, 15

De outro modo, se o operar não fosse assim tomado, fazer o mal e não fazer o bem não seriam partes do operar. Assim também deve entender-se aquela passagem em que se diz que Deus

> "retribuirá a cada um segundo as suas obras",

isto é, pelas coisas que faz e também pelas que não faz, se as tivesse que ter feito. Quanto ao que se diz no Apocalipse:

"Aquele que é impuro, continue na impureza",

> Ap. 22, 11

entende-se isto ser justo não pela qualidade da impureza, mas pelo julgamento de Deus que faz com que isto se realize. De onde que se estas coisas são ditas justas, não o são pela justiça que há nelas, mas na regra divina, não porém de modo que a própria impureza proceda de Deus ou que Deus as faça. O mesmo pode-se dizer de qualquer pecado que seja pena de um pecado precedente; esta pena é dita justa não por alguma qualidade sua, mas pelo julgamento divino.

QUESTÃO QUADRAGÉSIMA QUINTA.

Se a própria pena que também é culpa provém de Deus. O que assim parece, porque tudo o que é justo provém de Deus, e esta pena é uma pena justa. Deste modo, parece que tal pena provenha de Deus.

SOLUÇÃO.

Não convém dizer isto, pois ela não possui o ser justa por uma qualidade própria, mas pela lei divina, conforme já foi dito. De fato, está escrito:

"Deus
não fêz a
morte,
nem se
alegra
com a
perdição
dos
viventes".

Sab.

1,

13

Ou, ainda que se conceda que a pena provenha de Deus, não todavia a culpa, ainda que coincidam no mesmo a culpa e a pena. De fato, não possui de Deus que seja culpa, ainda que de algum modo possua de Deus que seja pena.

A pena, sendo algo em si mesmo, é dito provir de Deus de três modos: por causa de sua matéria, a qual foi feita por Deus, como a matéria do fogo; por causa da natureza, isto é, que tal coisa não possa estar em tal outra sem que padeça, natureza esta que provém de Deus; e por causa do julgamento divino, pelo qual tal pena é infligida a tal culpa. Todavia não dizemos

que Deus seja causa daquela pena; isto seria dizer que Deus teria feito a culpa daquela pena, e Deus não é causa da corrupção. Se não tivesse existido a culpa não padeceria, de fato, aquele que é punido. Assim, portanto, a pena, que é algo, é dita provir de Deus por três motivos, pela matéria, pela natureza e pelo julgamento. Segundo duas outras coisas, porém, a culpa e a corrupção, não provém de Deus. A pena que é pecado pode ser dita provir de Deus por causa de duas coisas: o julgamento divino e a natureza, que consiste em que ninguém pode pecar sem que seja punido. A culpa, porém, e a corrupção não provém de nenhum modo de Deus.

Portanto, não se deve dizer que seja pela obra ou pelo impulso de Deus que alguém é precipitado no pecado, nem mesmo naquele que é pena de outro pecado.

Quanto às Escrituras que parecem assim dizê-lo, devem ser referidas à permissão ou à subtração da graça. Alguns também as referem à abertura do caminho, porque a iniquidade concebida interiormente não pode manifestar-se se não se lhe abre o caminho, como ocorreu com Nabucodonosor que primeiro concebeu interiormente a malícia e Deus, expondo-lhe o povo judeu, abriu-lhe o caminho para que deste modo pudesse vir a exercer a malícia para a qual antes o caminho estava fechado.

Outros, porém, referem-nas ao fechamento do caminho. Para não permitir que o homem tenha outro caminho pelo qual trilhar, Deus fecha-lhe todos os demais. Deus assim é dito precipitar alguém no pecado por não ter-lhe fechado o caminho que trilhou, assim como fêz com os demais que não trilhou. Deste modo Deus não é a causa pela qual o homem trilhou tal caminho, sendo o próprio homem que assim procedeu, mas é a causa pela qual o homem não trilhou os demais. Ambos, Deus e o homem, são também a causa do homem ter trilhado este caminho de preferência aos demais. Assim, se o homem não peca mais do que pecou, isto vem por autoria divina; se ele, porém, peca tanto e não menos, isto procede do próprio homem. Seria como se um homem estivesse numa torre e, querendo jogar-se por uma janela abaixo, alguém lhe fechasse todas as janelas pelas quais poderia fazê-lo exceto uma, justamente aquela pela qual o homem se atirasse. A causa pela qual o homem não se jogou pelas demais foi a pessoa que a

fechou; a causa pela qual o homem se jogou pela janela pela qual o fêz foi o próprio homem, e não quem fechou as demais; a causa pela qual o homem se jogou por aquela determinada janela, em vez de o ter feito pelas demais, são ambos, isto é, o homem que se jogou e o homem que fechou as outras janelas.

Outros ainda referem estas Escrituras à ocasião, como quando o Senhor, entrando em Jerusalém, comoveu toda a cidade e a malícia anteriormente concebida, recebendo a ocasião, foi estimulada à inveja e daí à perseguição.

Assim, a sentença do Apóstolo segundo a qual os que conheceram a Deus, mas não o quiseram glorificar, foram por Ele entregues

"aos
desejos de
seu
coração, a
paixões da
ignomínia,
a um
sentimento
depravado",

Rom.

1,

24-

28

segundo uns refere-se à permissão, segundo outros à subtração da graça, à abertura do caminho ou ao não fechamento do caminho. Nós, porém, dizemos referir-se ao conjunto de todas estas coisas mais do que a uma só delas, embora nem todas ocorram sempre em toda a parte. Três delas ocorrem sempre: a permissão, a subtração da graça e o não fechamento do caminho. Quanto à abertura do caminho e à ocasião, porém, estas nem sempre ocorrem.

ANOTAÇOES A EPISTOLA AOS ROMANOS : C.21.		

QUESTÃO QUADRAGÉSIMA NONA.

Como pode defender-se que Deus não aja cruelmente condenando este a quem, tendo-se-lhe subtraído toda a graça, abandonado a si mesmo, não pode senão pecar? Se não evita o que não pode evitar, onde está a sua culpa? Se tal homem for condenado por isto, parece que o que se faz com ele seja uma injustiça.

SOLUÇÃO.

Esta impossibilidade é indesculpável, porque procedeu da culpa e do vício da própria vontade, por ter-se precipitado antes, ainda que agora peque não querendo, e Deus o condena com justiça pelos pecados cometidos. Conforme diz o Apocalipse, é justo que

> "o que é impuro, continue na impureza".

> > Ap.

22,

11

QUESTÃO QUINQUAGÉSIMA.

Como Deus não consente com os pecadores, se Ele conhece o mal e pode proibí-lo, expondo o pecador? Não corrigir, quando se pode fazê-lo, é consentir.

SOLUÇÃO.

Deus corrige de muitos modos, e repreende os pecadores tanto pela lei natural como pela lei escrita, tanto pelos seus servos como pelos flagelos próprios ou alheios. Deste modo, não pode ser dito de nenhum modo consentir com os pecadores.

QUESTÃO QUINQUAGÉSIMA QUINTA.

Sobre a passagem em que se lê

"Com a tua dureza e coração impenitente acumulas para ti um tesouro de ira no dia da manifestação do justo juízo de Deus",

Rom.

2,

5

pergunta-se o que é o pecado contra o Espírito Santo, e por que é dito que não pode ser perdoado, se porque não pode ser perdoado ou se porque nunca será perdoado, embora possa sêlo, ou se porque só é perdoado com muita dificuldade e raramente.

SOLUÇÃO.

Alguns dizem que o pecado contra o Espírito Santo é desacreditar por inveja da bondade divina. A queda deste pecado seria tanta que os que pecam deste modo nunca poderiam assumir a humildade do arrependimento. Outros dizem que o pecado contra o Espírito Santo seria o desespero da salvação ou a impenitência. Outros ainda que seria semear a inveja ou a discórdia entre irmãos.

Aos que dizem que o pecado contra o Espírito Santo pode ser

perdoado, eles contra argumentam que se é possível que tal culpa seja perdoada, não se segue daí nenhuma contradição, mas a Verdade diz que

"Este pecado não será perdoado, nem neste século, nem no futuro",

Mt.

12,

32

e, portanto, se fosse perdoado, seria falso que ele não seria perdoado, o que é impossível, porque a Verdade não pode mentir. Sobre este pecado não há nada de certo; todavia, sabese que, se alguém o cometer, nunca alcançará o perdão.

QUESTÃO QUINQUAGÉSIMA SEXTA.

Como pode o Apóstolo dizer que

"Deus há de dar a cada um segundo as suas obras",

Rom.

2,

6

se as obras de um homem são boas enquanto sua intenção é má, e as obras de outro são más enquanto sua intenção é boa, e é pelo afeto que se impõe o nome à obra? Não é condenado pelas boas obras aquele cuja intenção é má, enquanto que se salva pelas más obras aquele cuja intenção é boa?

SOLUÇÃO.

Não é suficiente a intenção para que as obras sejam ditas boas, mas sempre é exigida que sejam boas para aquele que as faz. Se, de fato, as obras são boas em si, mas a intenção é má, o homem é punido pela má intenção, não pelas boas obras, nem será remunerado por elas, porque se lhe tornaram inúteis pela má intenção. Para que, porém, as obras lhe sejam más, não se exige a má intenção. A intenção pode ser boa ou má e existir em obras más; qualquer que for a intenção de uma obra má, causará esta dano ao que a fizer. O julgamento deve referir-se à intenção nas coisas que são indiferentes, isto é, nem boas nem más em si mesmas.

ANOTAÇÕES A EPISTOLA AOS ROMANOS : C.25.	

QUESTÃO SEXAGÉSIMA

O Apóstolo afirma:

"Os que observam a lei serão justificados".

Rom.

2,

13

Pergunta-se se o cumprimento da lei justifica, o que assim parece pelo que o doutor da lei perguntou ao Senhor:

"O que devo fazer para possuir a vida eterna?"

E o Senhor lhe respondeu:

"O que está escrito? Como lês?"

E ele:

"Amarás 0 Senhor teu Deus de todo o teu coração de toda a tua alma, de toda a tua mente, e o próximo como a ti mesmo".

E o Senhor lhe disse:

"Faze isto, e viverás".

> Lc. 10, 25-28

Eis que, portanto, o cumprimento do mandamento da lei confere a vida eterna. De onde que se lê que a lei cumprida justifica (Rom. 2, 13). Do mesmo modo, em outra passagem, quando o jovem lhe disse: "O que devo fazer para possuir a vida eterna?"

O Senhor lhe respondeu:

"Honra teu pai e tua mãe, não mates, não furtes, não cometas adultério, não digas falso testemunho, não cobices a esposa de teu próximo, nem as suas coisas".

E o jovem lhe disse:

"Tudo isto desde a minha juventude observei". O Senhor, então,

```
"Pondo
nele
os
olhos,
o
amou",
```

o que não teria feito, se não tivesse sido justo pela observação dos mandamentos divinos. Quanto ao que Jesus acrescenta,

```
"Se
queres
ser
perfeito,
vai,
vende
o que
tens e
dá-o
aos
pobres;
e vem
e
segue-
me",
```

Mt. 19, 21

isto pertence à perfeição da justiça. Assim também diz o Apóstolo Paulo:

"O
mandamento
da lei, que
era para a
vida, para
mim foi
para a
morte".

Diz também o venerável Beda:

"A lei, observada em seu tempo, não somente conferia os bens temporais, mas também os eternos, de onde que é manifesto que a lei cumprida justifica".

Mas o Apóstolo assegura que a lei não conduziu ninguém à perfeição, dizendo que

"O homem não se justifica pelas obras da lei: se a justiça se obtém pela lei, então Cristo morreu em vão".

> Gal. 2,16; 2,21

Há também muitas outras passagens do Apóstolo onde ele reafirma o mesmo. Por este motivo alguns dizem que aqueles preceitos cujo cumprimento confere a justiça são os preceitos do Evangelho, embora estejam escritos na lei. Quem os cumpre se torna imediatamente um homem evangélico, não é mais um homem da lei. Estes também dizem que aqueles preceitos que são entendidos cumpridos na lei não justificam imediatamente, mas apenas tornam o homem idôneo a receber a fé de Cristo, somente pela qual recebe-se a salvação; dizem, de fato, que aquele que se mostra exteriormente amar a Deus e ao próximo, ainda que não ame interiormente com o coração, o quanto depende da lei este homem observa a lei, pois a lei impera sobre a mão, e não sobre a alma.

A esta solução pode-se contra argumentar que se pelo cumprimento destes preceitos realizado apenas exteriormente os homens se tornam dignos de receber a fé de Cristo a fé não é

conferida pela graça, mas pelos méritos. Ademais, se os torna idôneos, como sabem que receberão? De onde que estes não parecem resolver convenientemente a questão colocada. Que perfeição maior, de fato, pode haver que amar a Deus de todo coração, e ao próximo como a si mesmo?

Por isso dizemos que o cumprimento dos mandamentos mencionados justifica imediatamente; não o faz, todavia, a lei que não é suficiente, mas enferma e sem a graça, para o seu cumprimento, a qual nem confere, nem demonstra abertamente a fé de Cristo, sem a qual não se cumprem os preceitos da lei. A lei demonstra, efetivamente, a pátria, mas não mostra o caminho pelo qual se deve ir, nem como, de onde que diz o Apóstolo:

"O
homem
não se
justifica
pelas
obras
da lei".

Gal.

2,

16

Poderá, porém, alguém dizer que esta autoridade manifestamente contradiz a nossa solução. Não são, porventura, afirmações contrárias que a justiça proceda do cumprimento dos preceitos legais, como acima dissemos, e que ninguém seja justificado pelas obras da lei?

SOLUÇÃO.

O Apóstolo chama de obras da lei as que são apenas feitas pelo temor, que são preceituadas pela lei, pelas quais não há justiça. Deve-se notar que a lei é dita de muitos modos. Algumas vezes o livro de Moisés é chamado de lei, outras vezes as cerimônias e as observâncias legais, outras os dez mandamentos escritos em

duas tábuas, outras o livro dos Salmos, outras ainda é chamada de lei qualquer observância, como quando se diz: `Esta é a lei desta ou daquela coisa'. A razão natural também é chamada de lei. No Novo Testamento a lei é tomada de muitos modos, como a lei da fé, a lei do espírito, a lei da graça, a lei da carne, a lei dos membros, a lei do pecado, a lei da morte.

QUESTÃO OCTOGÉSIMA.

Não parece ser verdade o que está escrito:

"Não há quem entenda, nem quem busque a Deus",

Rom.

3,

11

pois muitos naquele povo possuem entendimento de Deus, isto é, sabiam ser Ele uno, criador e onipotente. Se dissermos que não entendiam porque não entendiam perfeitamente, assim também os homens da graça, porque ainda não entendem perfeitamente senão pela fé, também podem ser ditos não entenderem.

SOLUÇÃO.

Alguém pode ser dito não entendedor porque, ainda que conheça Deus na majestade, todavia não o conhece na humildade e na piedade. Ou também pode-se dizer que alguém não entende Deus perfeitamente porque, ainda que tenha alguma notícia, todavia não a possui pela experiência da caridade. Pode-se ainda dizer que alguém não entende Deus perfeitamente porque Ele não é apenas o Criador de todas as coisas, mas é também o autor de toda a justiça, o que os judeus não entendem. Constituindo eles mesmos a sua justiça, não se submetem à justiça de Deus. Ao contrário, de certo modo fazem-se Deus a si mesmos, ao dizerem ser justificados pela própria virtude sem a graça de Deus, afirmando serem os autores da

justiça que Deus pode realizar. De onde que o Apóstolo diz:

"No Evangelho revela-se a justiça de Deus, não do homem".

E em outro lugar

"Agora a justiça de Deus manifestouse sem a lei".

Rom.

3,

21

E se algumas vezes lemos sobre a justiça do homem, como quando Davi freqüentemente diz "minha justiça", esta deve ser entendido ser justiça do homem enquanto recebida, e justiça de Deus enquanto dada.

QUESTÃO OCTOGÉSIMA PRIMEIRA (SEGUNDA PARTE)

Pergunta-se sobre o que diz o Apóstolo:

"Está escrito:

`Não há
nenhum
justo, não há
quem tenha
inteligência,
não há quem
busque a
Deus, todos
se
extraviaram,
não há quem
faça o bem'.

Ora, nós sabemos que tudo o que a lei diz, o diz para aqueles que estão na lei, para que toda a boca seja fechada e todo o mundo seja digno da condenação diante de Deus, porque pelas obras da lei não será justificado nenhum homem

diante dEle.
Efetivamente,
pela lei vem
o
conhecimento
do pecado".

Rom.

3,

10-

20

Se toda a lei é dita para aqueles que estão na lei, como diz o Apóstolo, então todas as coisas que a lei diz se referem aos judeus, porque aos judeus é que foram ditas. No entanto, Davi e muitos outros que estavam na lei foram justos. Como pode entender-se, portanto, que se lhes aplique o que diz a lei quando afirma que não há nenhum homem justo, nem que tenha inteligência?

SOLUÇÃO.

Estar na lei designa duas coisas. A primeira é buscar a justiça que procede da lei, fundamentando-se inteiramente nela, como aqueles que a observam exteriormente pelo temor. Neste sentido Davi e os demais justos não estavam na lei. Não buscavam, de fato, justificar-se pela própria lei, mas pela fé no Cristo ainda futuro. Deste modo, eram homens do Evangelho, não da lei.

São ditos também estarem na lei aqueles aos quais a lei foi dada, e que fazem as obras da lei. Neste sentido Davi e os que se lhe assemelham estavam na lei, porque a lei lhes havia sido dada, e eles a guardavam por causa daqueles aos quais a lei era necessária, para que não desprezassem, pelo seu exemplo, a lei.

Deve-se notar que há três gêneros de homens: os homens da lei natural, os homens da lei escrita e os homens da graça. São ditos homens da lei natural aqueles que somente possuem a lei natural, sem que se lhes acrescente nada. Homens da lei escrita são aqueles aos quais foi dada a lei escrita, sem terem nada que se lhes haja acrescentado. Os homens da graça são aqueles aos quais foi dada a própria graça. Ou, dito de outro modo: são ditos homens da lei natural aqueles que procuram justificar-se pelas suas próprias forças; homens da lei escrita os que se apóiam na lei, julgando que a lei justifica; homens da graça são ditos aqueles que não de outro lugar, mas apenas da graça buscam a justiça e a salvação.

QUESTÃO OCTOGÉSIMA SEXTA.

Pergunta-se por que a lei não justifica, se manifesta o pecado? O que mais faz o Evangelho senão manifestar o pecado, ensinando o que deve ser seguido e o que deve ser evitado, o que também e lei o faz? Ademais, há quem queira provar que a lei também conduz à perfeição por meio das palavras do Senhor que, referindo-se ao preceito da lei, respondeu ao adolescente:

"Faze isto e viverás".

> Lc. 10, 28

E também:

"Amarás
o
Senhor
teu
Deus
de todo
o teu
coração,
de toda
a tua
alma,
de todo
o teu
espírito".

Mt. 22, 37

Ora, este é um preceito da lei; observado, porém, ele justifica. Portanto, a lei conduz à perfeição.

Ademais, diz também São Beda:

"A lei,
observada
em seu
tempo,
não
apenas
conferia
as coisas
temporais,
mas
também
as
eternas".

SOLUÇÃO.

Para que possamos dar uma resposta a todas estas questões dizemos que é dita lei o mandamento sem a graça, o qual nunca confere a salvação. O Evangelho, porém, é dito o mandamento com a graça, o que justifica, e conduz à vida eterna.

QUESTÃO NONAGÉSIMA QUARTA.

Pergunta-se em que o poder do demônio diminuíu pela morte de Cristo. De fato, assim como antes o demônio tinha o poder de tentar bons e maus, assim também agora.

SOLUÇÃO.

Não diminuíu segundo a essência, mas segundo a eficácia, porque não pode prevalecer tanto quanto antes, principalmente porque foram dadas ao dadas ao homem forças para resistir, o quanto mais forte é o homem para resistir, tanto mais débil é o inimigo para impugnar.

QUESTÃO NONAGÉSIMA QUINTA.

O Apóstolo afirma que

"A justiça de Deus é pela fé em Jesus Cristo sobre todos os que crêem. Não há distinção, porque todos pecaram e necessitam da glória de Deus, justificados gratuitamente pela sua graça por meio da redenção que está em Jesus Cristo, para manifestação de sua justiça por causa da remissão dos delitos passados".

Rom.

3,

22-

25

Pergunta-se a respeito dos antigos justos, que eram retidos no inferno, se os seus pecados lhes haviam sido remidos pela fé e pelo arrependimento. Se seus pecados haviam sido remidos, por qual motivo eram retidos no inferno? Se não haviam sido remidos, por outro lado, então não eram justos, pois não há justiça sem remissão dos pecados.

SOLUÇÃO.

Todos os pecados haviam-lhes sido remidos, pela fé e pelo amor, mas não haviam alcançado ainda todos os efeitos da remissão. Dois são os efeitos da remissão, carecer da pena e fruir da glória. Destes somente possuíam o primeiro antes da morte de Cristo, pois não sofriam a pena atual ao mesmo tempo em que não haviam recebido a glória, pois não viam a Deus.

Pode-se, porém, objetar que, se eram justos, eram também dignos da glória. Por que não se lhes dava, portanto, aquilo de que eram dignos? Solução: sua justiça não era tanta que fosse suficiente para obter a vida sem a morte de Cristo, nem tampouco seus pecados haviam-lhes sido remidos absolutamente, mas sim sob uma certa expectativa e promessa do Cristo futuro que satisfaria por eles. De onde que o Apóstolo diz que Cristo morreu não somente pela remissão dos delitos presentes, mas também dos passados. Pois

"Ele
próprio é
o
Cordeiro
que foi
sacrificado
desde a
origem do
mundo".

QUESTÃO NONAGÉSIMA SEXTA.

Pergunta-se se Deus poderia punir os justos antigos com a pena eterna, mesmo sendo eles justos. E também, se Deus não pode punir os justos com justiça, pois o que é injusto Deus não pode fazê-lo e, portanto, não poderia punir os justos antigos, como pôde retê-los no inferno?

SOLUÇÃO.

Era necessário que se satisfizesse pelo pecado original, e como eles não poderiam satisfazer a não ser que outro por eles satisfizesse, Deus pôde puní-los com justiça. Não é necessário, todavia, conceder que estivesse punindo os justos. Isto o seria após a morte de Cristo; eles não eram, efetivamente, justos absolutamente, mas suposta a morte de Cristo. Não possuíam tanta justiça atual pela qual poderiam exigir com justiça a vida eterna, assim como também nem nós o poderíamos sem a morte de Cristo; a Escritura chama-os de justos porque tanto possuíam quanto Deus exigia, e aquilo que lhes faltasse, Cristo haveria de suprí-lo.

QUESTÃO NONAGÉSIMA SÉTIMA.

Diz o Apóstolo:

"Onde, pois, está a tua glória? Foi excluída. E por que lei? Pela das obras? Não, mas pela lei da fé".

Rom.

3,

27

Pergunta-se por que a Lei de Moisés é dita lei escrita e lei das obras, e não o Evangelho. O Evangelho, de fato, é chamado de lei da graça e lei da justiça. Mas assim como a de Moisés tem obras, assim também a do Evangelho.

SOLUÇÃO.

A lei de Moisés é dita lei das obras porque apenas ordena as coisas que devem ser feitas, não conferindo a graça pela qual cumprem-se as coisas que são ordenadas. Por isso o mandamento sem a graça e chamado de letra que mata. O Evangelho, porém, ordena o que deve ser feito mas, além disso, confere a graça, pela qual cumprem-se as coisas que são

ordenadas.

Ou também (pode-se dizer que) a lei escrita é chamada lei das obras porque os homens da lei constituíam toda a sua justiça nas obras da lei. A lei da fé ou da graça, porém, é assim chamada porque os homens da graça constituem toda a suma e a eficácia da sua salvação apenas na graça, sabendo que assim como ninguém é salvo pela justiça das obras, assim também ninguém é justificado pelas obras da justiça. Não é a justiça, de fato, que provém das boas obras, mas são as boas obras que provém da justiça.

QUESTÃO NONAGÉSIMA NONA.

Pergunta-se se as obras que precedem a fé são inteiramente inúteis, ou se para algo aproveitam. Parece, de fato, que para nada aproveitam, porque toda a vida dos infiéis é pecado.

SOLUÇÃO.

As boas obras, realizadas antes da fé, ainda que não aproveitem para merecer a vida, aproveitam, todavia, para recebê-la, como pareceu a alguns e como fica manifesto no centurião Cornélio.

QUESTÃO CENTÉSIMA PRIMEIRA.

Diz o Apóstolo:

"Que diremos, pois, ter obtido Abraão, nosso pai segundo a fé? Que diz a Escritura?

`Abraão creu em Deus, e Ihe foi reputado para a justiça'".

Rom.

4,

1-3

Pergunta-se por que diz a Escritura "foi reputado", como se não fosse verdadeira justiça a que ele tinha pela fé, mas algo que lhe foi reputado para a justiça. Se, de fato, tu me deves um cavalo, não posso dizer convenientemente:

"Dá-me um cavalo, e eu o reputarei por um cavalo".

Porém, corretamente poderia dizer:

"Dá-me um jumento, e eu o reputarei por um cavalo".

SOLUÇÃO.

Se o homem não tivesse pecado, teria tido a justiça, que consiste no cumprimento integral dos preceitos de Deus, de tal modo que não teria concupiscência de nada contra a razão e amaria a Deus de todo o coração. Mas, depois do pecado, e por causa do pecado, o homem não pode possuir a perfeita justiça, a cujo mérito é devida a eterna bem aventurança. Deus, porém, pela sua graça concede ao homem a fé, a qual, também, pela mesma graça lhe é reputada por aquela perfeição, como se por esta possuísse a perfeição da justiça.

QUESTÃO CENTÉSIMA TERCEIRA.

Diz o Apóstolo:

"Ao que não opera, mas crê naquele que justifica o ímpio, a sua fé lhe é reputada como justiça, segundo 0 propósito da graça de Deus".

Rom.

5

Aqui costuma-se perguntar sobre a graça e o mérito. Tudo parece proceder da graça, e que o mérito nada confere; ou, se algo procede do mérito, então nem tudo procede da graça. Ora, que tudo provenha da graça é algo atestado pelas Escrituras. Por isto é que diz o Apóstolo:

"O que tens tu, que não recebeste?"

> 1 Cor. 4,

"Pela graça sou o que sou".

> 1 Cor. 15, 10

E também:

"Todos nós participamos de sua plenitude, e graça sobre graça". Jo. 1,

16

O que, portanto, deve-se dizer? Dizer que o mérito não é nada é o erro dos Maniqueus, assim como afirmar tudo provir do livre arbítrio é o erro dos Pelagianos.

SOLUÇÃO.

Dizer que tudo procede da graça não exclui o mérito, pois o mérito provém da graça. Por isso deve-se ver o que a graça de Deus opera em nós sem nós e o que opera em nós mas não sem nós.

A graça preveniente, que também é dita graça operante, sana o livre arbítrio, libertando-o do jugo do pecado, e isto ela opera em nós sem nós. A partir daí a vontade, já sanada, não é ociosa, nem recebe a graça de Deus em vão; o que ela opera não o opera por si, mas com a graça, ou melhor, a graça de Deus coopera com o livre arbítrio; por isso é que é dita graça cooperante e a própria obra ou mérito é dita ser procedente da graça e da vontade. De fato, não operam separada mas simultaneamente. De onde que, ainda que tudo proceda da graça, não se segue que nada proceda do mérito ou do livre arbítrio. Pode-se fazer a seguinte comparação: se alguém, encontrando uma criança caída num lamaçal e incapaz de erguer-se, a levantasse e então a segurasse pela mão para que caminhasse, o caminhar proviria de ambos, mas o ato de levantar-se teria provindo apenas de quem a encontrou e não da criança. Assim procede apenas da graça preveniente que queiramos o bem, e procede da graça subsequente, não dela apenas, mas também do livre arbítrio, sanado e libertado pela graça, que operemos o bem.

QUESTÃO CENTÉSIMA OITAVA.

Diz o Apóstolo:

"Abraão, contra a esperança, creu na esperança de que seria pai de muitas gentes, segundo o que lhe foi dito:

`Assim será a tua descendência'.

Sem vacilar na fé, não considerou o seu corpo amortecido, nem o seio de Sara, já sem vida. Não hesitou com desconfiança, conhecendo plenissimamente que Deus é poderoso para cumprir o que prometeu; por isso lhe foi reputado para a justiça".

Rom. 4, 18-22

Pergunta-se sobre a fé de Abraão, que o Apóstolo louva nesta passagem, que lhe foi reputada para a justiça: que fé é esta, ou de que coisa ela foi? De fato, se considerarmos diligentemente as palavras do Apóstolo e do Gênesis, parece que a fé que foi reputada a Abraão para a justiça foi a fé pela qual ele creu em Deus ter-lhe prometido uma prole. Ora, se isto é assim, há alguma fé além da fé em Cristo que é fé justificante. Pode-se responder que Abraão então já possuía a fé em Cristo; neste caso porém cabe perguntar-se se ambas estas fés justificam, ou por qual motivo a justiça é dita proceder mais daquela do que desta.

SOLUÇÃO.

O Apóstolo louva a fé de Abraão, pela qual ele acreditou em todas as coisas que deveriam ser acreditadas, fé pela qual entre outras coisas ele acreditou ser Deus verdadeiro na promessa da prole.

QUESTÃO CENTÉSIMA VIGÉSIMA.

Diz o Apóstolo que Abraão

"não hesitou com desconfiança, conhecendo plenissimamente que Deus é poderoso para cumprir o que prometeu".

Rom.

4,

21

Diz o comentarista que Abraão sabia Deus ser onipotente por uma grande visão da divina virtude. O Apóstolo afirma que "ele conhecia plenissimamente que Deus é poderoso". Tudo isto parece contradizer a fé, porque a fé não possui mérito para quem a razão humana fornece a experiência. Ademais, se Abraão sabia ser ele Deus, que há de extraordinário que cresse ser Ele onipotente? Ou, se ele não sabia tratar-se de Deus, como poderia crer nEle?

SOLUÇÃO.

A visão da divina virtude que Abraão teve não provinha da razão humana, mas da constância da fé, e por ela teve tanta certeza como se o conhecesse ou o visse plenissimamente.

QUESTÃO CENTÉSIMA VIGÉSIMA QUARTA.

Pergunta-se também por que o Apóstolo faz uma distinção quando diz que

"Cristo foi entregue pelos nossos pecados, e ressuscitou para a nossa justificação",

Rom.

4,

25

se tanto a paixão como a ressurreição tanto liberta dos pecados como justifica.

SOLUÇÃO.

Ainda que ambas sejam causa de ambos, não são, todavia, figura dos mesmos.

QUESTÃO CENTÉSIMA VIGÉSIMA SEXTA.

Diz o Apóstolo:

"A paciência produz a prova, e a prova a esperança, e a esperança não confunde, porque a caridade de Deus está derramada em nossos corações pelo **Espírito** Santo, que nos foi dado".

Rom.

5,

3-5

Pergunta-se se a esperança, o que ela é e se pode ser possuída sem a caridade.

SOLUÇÃO.

Quanto à primeira questão, a esperança é uma expectativa certa

dos bens futuros que difere da fé por ser a fé de coisas passadas, presentes e futuras, tanto de bens como de males, enquanto que a esperança é somente de coisas futuras e de bens.

Quanto à segunda, parece que a esperança não possa ser possuída sem a caridade porque sem boas obras e boa vontade, as quais não existem sem a caridade, esperar os bens futuros não é esperança, mas presunção, conforme diz Santo Agostinho. Também Santo Agostinho parece dizer o mesmo quando afirma que a esperança precede a caridade. Devemos dizer que uma é a esperança do perdão, outra é a esperança da glória; a primeira é possuída também pelos maus, a segunda talvez apenas pelos bons.

QUESTÃO CENTÉSIMA VIGÉSIMA SÉTIMA.

Diz o Apóstolo que

"a
caridade
de Deus
está
derramada
em
nossos
corações
pelo
Espírito
Santo,
que nos
foi dado".

Rom.

5,

5

Pergunta-se se é a mesma a caridade pela qual Deus nos ama e pela qual nós amamos a Deus.

SOLUÇÃO.

Há os que dizem que é a mesma, aos quais Santo Agostinho objeta explicando esta passagem e dizendo que nela o Apóstolo refere-se à caridade pela qual nós amamos a Deus, enquanto que em outra passagem, onde se diz:

"Deus é caridade",

I Jo. 4,

o Apóstolo refere-se à caridade pela qual Deus nos ama. Ora, tudo isto não o diria Santo Agostinho se se tratasse da mesma caridade.

Do mesmo modo, em outro lugar diz ainda Agostinho:

"Chamo de caridade ao movimento da alma ao amor de Deus por causa de si mesmo e ao próximo por causa de Deus".

Ora, Deus não é movimento, portanto existe uma caridade que não é Deus.

Ademais, a caridade pode aumentar e diminuir, mas Deus não o pode; existe, portanto, uma caridade que não é Deus.

Parece dever sustentar-se firmemente, portanto, que o nome de caridade é usado de modo equívoco de Deus, quando se diz que Deus é caridade, e de uma certa virtude, quando se diz que certa virtude é a caridade, ou que a caridade de Deus foi derramada em nossos corações. O Apóstolo Paulo quase sempre designa por este nome à virtude, que não é Deus, mas procede de Deus,

enquanto que o Apóstolo João por este mesmo nome designa o próprio Deus.

Parece contradizer esta conclusão o fato de mesmo Santo Agostinho afirmar que a caridade fraterna, pela qual nos amamos mutuamente, ser o próprio Deus. (Neste caso, não haveria diferença entre a caridade que é Deus e a caridade que é virtude, ambas sendo a mesma). (Poderia responder-se a isto) concedendo (a afirmação de Agostinho, explicando, porém), que Deus caridade nos faz amar um ao outro mediante a (virtude da) caridade, assim como nos faz crer mediante a (virtude da) fé. Conforme, de fato, o mesmo Agostinho, aquele de quem provém a fé é o mesmo de quem provém a caridade. (Com isto poder-seia condenar aqueles que sustentam a existência de duas caridades. Haveria, porém, outra dificuldade a ser respondida: se) Deus é, de fato, em nós a caridade (pela qual nos amamos um ao outro, como vimos ser afirmado por Agostinho), mas também existe em nós a caridade que é virtude, haveria então neste caso em nós não uma, mas duas caridades, e seria por meio de duas caridades e não de uma que amaríamos a Deus.

De nenhum destes argumentos, (porém), pode-se concluir haver duas caridades. Assim como o Sol nos ilumina, assim também os raios do Sol nos iluminam. Portanto, há duas coisas que nos iluminam. Não se segue, porém, que isto ocorra distinta e separadamente. De fato, o Sol nos ilumina pelos seus raios, e Deus nos ilumina ou ilustra pela caridade virtude.

QUESTÃO CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA.

São os pecados atuais procedentes do pecado de Adão? Assim parece a alguns, porque pelo aguilhão da concupiscência somos inclinados ao pecado.

SOLUÇÃO.

Esta inclinação não é causa eficiente do pecado, ainda que seja causa sem a qual não se cometeriam, como querem alguns. Não é, porém, causa necessária, porque não existiu no demônio nem no primeiro homem antes da queda e, todavia, mesmo sem ela houve neles pecado. Ela não foi, de fato, causa do pecado, mas o pecado foi causa dela.

QUESTÃO CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA SEXTA.

Pergunta-se por que se imputam aos pósteros (apenas) o pecado dos primeiros pais, e não os dos pais (mais) próximos.

SOLUÇÃO.

Porque aquele pecado nos espoliou. Os demais pecados dos outros nos encontraram como já nus e espoliados, e não puderam tirar mais nada de nós. O pecado original, conforme já foi dito, somente nos priva de uma certa justiça original.

QUESTÃO CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA.

Pergunta-se se Cristo, obedecendo a Deus Pai, mereceu algo. Alguns querem provar que nada mereceu, nem segundo a humanidade, nem segundo a divindade. Deus, dizem, não pode receber algo de alguém; nem também alguém pode adquirir primeiro um débito para que Deus faça aquilo que Ele faz. Nada, portanto, pode ser merecido. Semelhantemente, na medida em que Cristo é homem, é bom e ama, e não pode não ser bom nem não amar; se, portanto, é bom e ama necessariamente, como pode merecer algo?

SOLUÇÃO.

Merecer possui uma dupla significação. Dizemos, de fato, alguém merecer quando pela boa obra se torna digno de algo de que antes não era digno; segundo esta significação parece-nos que Cristo não mereceu nada, nem segundo a divindade, nem segundo a humanidade, mesmo em sua própria morte. Diz-se também alguém merecer quando faz algum bem que seja digno de remuneração, segundo o que também Deus pode ser dito merecer, concedendo-nos benefícios pelos quais somos obrigados a louvá-lo eternamente e Cristo, segundo a humanidade, mereceu para nós em sua paixão que fôssemos introduzidos na vida eterna. Antes disso já havia merecido muito para nós; mas a paixão não foi somente preciosa, mas também o preço do mundo.

QUESTÃO CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA OITAVA.

Diz o Apóstolo que

"Nosso homem velho foi crucificado juntamente com Cristo".

Rom.

6,

6

Pergunta-se se o homem velho e o homem exterior são o mesmo, e se também são o mesmo o homem novo e o homem interior.

SOLUÇÃO.

Não são o mesmo, porque chama-se homem exterior o que nós temos em comum com os animais, e chama-se homem interior o que nós temos em comum com os anjos. O homem velho, porém, pertence a ambos; de fato, não somente o homem exterior, mas também o homem interior é velho pela culpa, e é deste homem velho que o Apóstolo trata no presente capítulo.

QUESTÃO CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA QUARTA.

Diz o Apóstolo:

"Nós sabemos que a lei é espiritual; eu, porém, sou carnal, vendido ao pecado. Não faço o bem que quero, mas faço o mal que odeio. Porque o querer encontra-se ao meu alcance, mas não acho o meio de realizá-lo perfeitamente".

Rom.

7,

14-

18

Pergunta-se o que se deve dizer que seja este querer que o Apóstolo diz estar ao seu alcance.

SOLUÇÃO.

Nada mais do que o afeto natural da alma, que está na alma pela criação, e pela qual a alma deseja naturalmente o bem. Este afeto, porém, sempre carece de efeito, a não ser que seja

auxiliado pela graça de Deus.

QUESTÃO CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA OITAVA.

Diz o Apóstolo:

"Não há agora nenhuma condenação para os que estão em Jesus Cristo, os quais não andam segundo a carne, porque a lei do espírito da vida em Jesus Cristo me livrou da lei do pecado e da morte, para que a justificação da lei fosse cumprida em nós, que não andamos segundo a carne, mas segundo o espírito".

Rom.

8,

2-4

Pergunta-se o que o Apóstolo quer dizer com justificação pela lei, se não há justiça pela lei.

SOLUÇÃO.

O Apóstolo chama de justificação da lei não aquela que a lei conferia, mas a que a lei preceituava e prometia, que em nós se cumpre pela graça de Cristo, que cumpriu plena e perfeitamente a lei e a nós concedeu a graça de cumpri-la, e aquilo que fizermos de menos Ele suprirá e responderá por nós.

QUESTÃO CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA NONA.

Diz o Apóstolo:

"Nós não andamos segundo a carne, mas segundo espírito. Os que são segundo a carne, gostam das coisas que são da carne; mas os que são segundo espírito, gostam das coisas que são do espírito".

Rom.

8,

4-5

Pergunta-se se "andar segundo a carne", "ser segundo a carne" e "gostar das coisas que são da carne" são o mesmo.

SOLUÇÃO.

Não são o mesmo. Caminhar segundo a carne significa cumprir pela obra as coisas de que a carne tem concupiscência. Ser segundo a carne significa consentir às concupiscências, ou estar disposto ao que é carnal. Gostar das coisas que são da carne significa deleitar-se naquilo que a carne julga como sendo as maiores, ou não perceber as coisas que são de Deus. De fato, alguém pode ser dito carnal de dois modos, a saber, pela vida e pela doutrina, ou porque é indulgente para com a carne, ou porque restringe a potência divina às naturezas das coisas, isto é, crendo que Deus nada pode fazer que não seja visto na natureza das coisas.

Semelhantemente andar segundo o espírito significa cumprir segundo a obra as coisas que são do espírito. Ser segundo o espírito significa consentir ao espírito, ou ser disposto segundo as coisas espirituais. Gostar das coisas que são do espírito significa deleitar-se nas coisas espirituais. Segundo estas três coisas alguém é dito verdadeiramente espiritual.

Alguns também podem ser ditos espirituais pela inteligência; outros podem sê-lo pela vida, mas não pela inteligência; outros pela inteligência, sem que sejam pela vida; outros ainda de ambos os modos, ou por nenhum, etc..

QUESTÃO CENTÉSIMA NONAGÉSIMA PRIMEIRA.

Diz o Apóstolo:

"Se, porém,
Cristo está
em vós, o
corpo na
verdade
está morto
por causa
do pecado;
o espírito,
porém, vive
por causa
da
justificação".

8, 10

Ele também havia dito, logo antes:

"Vós, porém, não estais na carne, mas no espírito, se é que o Espírito de Deus habita

em vós. Mas se alguém não tem o espírito de Cristo este não é dele".

Rom.

8,

9

Pergunta-se o que significa Cristo estar em alguém, ou o Espírito de Cristo.

SOLUÇÃO.

Santo Agostinho diz que Cristo estar no homem significa a fé estar no coração.

Levanta-se, porém, uma dificuldade em relação a esta afirmação, pois neste caso onde quer que houvesse fé também ali estaria Cristo. Entretanto, pode haver fé no homem mau e, assim sendo, Cristo poderia estar no homem mau assim como também poderia estar o espírito de Cristo. De fato, Cristo ou o espírito de Cristo estar em alguém é o mesmo, mas o espírito de Cristo não está senão em quem está o amor.

(A esta dificuldade devemos responder dizendo que) nem todos em que há fé possuem, (para usar a linguagem de Santo Agostinho), a fé no coração. A fé só é dita estar no coração quando ela repousa e agrada ao coração, isto é, (para usar a linguagem de São Paulo), apenas quando ela opera pelo amor. Neste sentido. Cristo estar em alguém e a fé de Cristo estar em seu coração são o mesmo.



QUESTÃO DUCENTÉSIMA VIGÉSIMA PRIMEIRA.

Diz o Apóstolo:

"Os que ele conheceu na sua presciência, também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, para que ele seja o primogênito entre muitos irmãos".

> 8, 29

Pergunta-se por que o Filho é dito imagem do Pai.

SOLUÇÃO.

Porque é muitíssimo semelhante a Ele, e porque é da mesma essência.

QUESTÃO DUCENTÉSIMA VIGÉSIMA SEGUNDA.

Mas, se o Espírito Santo é igualmente semelhante ao Pai, já que é da mesma substância, por que o Filho e não o Espírito Santo é dito imagem do Pai?

SOLUÇÃO.

Porque a imagem mais pertence à propriedade da geração do que da processão. As coisas que são geradas, de fato, costumam ser mais semelhantes do que as que procedem.

QUESTÃO DUCENTÉSIMA VIGÉSIMA TERCEIRA.

Pergunta-se se não há duas imagens no Filho, porque é imagem incriada na medida em que é Deus, e é imagem criada na medida em que é homem.

SOLUÇÃO.

Não por isso são duas imagens, porque em Cristo a imagem incriada e a imagem criada não são duas imagens, mas uma só. Assim como ele é Filho de Deus e filho do homem e, todavia, não são dois filhos, mas um só Filho de Deus e filho do homem.

QUESTÃO DUCENTÉSIMA VIGÉSIMA SÉTIMA.

Diz o Apóstolo:

"Que diremos, pois, à vista destas coisas? Quem acusará os escolhidos de Deus? Quem os condenará? Jesus Cristo é o que morreu, e ainda mais o que ressuscitou, o que está à direita de Deus, e quem também intercede por nós".

Rom.

8,

32-

34

Pergunta-se como Cristo intercede por nós, se pela voz, ou apenas pela mente e pelo desejo, ou por algum outro modo.

SOLUÇÃO.

Cristo interceder por nós significa pelos méritos de sua obediência exibida a Deus Pai em sua humanidade, reconciliarnos a nós, que o adoramos pela fé e pelo amor.

QUESTÃO DUCENTÉSIMA VIGÉSIMA OITAVA.

Pergunta-se se os santos, cujo patrocínio postulamos, intercedem por nós, e como.

SOLUÇÃO.

Os santos intercederem por nós não é outra coisa senão Deus, pelos seus méritos, remunerar os bons afetos que temos para com eles e, por isso, não importa se eles nos ouvem ou não nos ouvem.

QUESTÃO DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA SEGUNDA.

Diz o Apóstolo:

"Em verdade, eu mesmo desejava ser separado de Cristo, por amor de meus irmãos, que são do mesmo sangue que eu segundo a carne, que são israelitas, dos quais é a adoção de filhos, a glória, a aliança, a lei, o culto, as promessas, os patriarcas e dos quais é descendente Cristo segundo a carne".

Rom.

9,

3-5

Pergunta-se como o Apóstolo desejava ser separado de Cristo, se segundo a glória ou segundo a justiça. Pois, se segundo a glória, parece então mais ter amado os irmãos do que a Deus, o que de nenhum modo deve-se fazer. Se segundo a justiça, isto não pode ser feito sem pecado e sem ofensa a Deus, o que não pode ser desejado racionalmente por ninguém.

SOLUÇÃO.

Não desejou ser separado de Cristo nem de um nem de outro modo, mas mostrou, com estas palavras o admirável afeto que tinha para com os judeus, pelo mesmo gênero de linguagem que usou Moisés quando disse:

> "Risqueme do livro da vida, ou perdoalhes esta culpa".

> > Ex.

32,

31-

2

Pode-se também dizer que ambos, tanto Moisés como o Apóstolo, antepuseram em seu desejo e em sua escolha a salvação de tão grande multidão à sua própria salvação, mas não por isto pospuseram o amor de Deus. Ao contrário, preferiram a glória e a honra de Deus à própria salvação, querendo antes que a glória de Deus fosse engrandecida por

tantos que se salvariam do que fosse diminuída por um só que se salvasse, e esta perfeição excede toda perfeição, porque não é possível cogitar em outra maior.

QUESTÃO DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA OITAVA.

Das coisas que se realizam dentro do tempo origina-se uma mesma dificuldade. Costuma-se questionar, de fato, por que Deus confere a graça mais a este do que àquele, se são indiferentes, e nenhum dos dois pode merecer a graça, sem a qual não é possível a salvação. Efetivamente, parece que se a graça não me foi concedida, não se deve imputar a mim se eu não faço o que sem a graça não posso fazer; parece que deveria mais ser imputado a quem não me concedeu a graça necessária, não o podendo sem o seu detrimento.

SOLUÇÃO.

Sobre a graça diversos pensam diversamente. Alguns dizem Deus não poder fazer senão aquilo que faz, o que, porém, consta com certeza não ser verdade.

Outros dizem que há nesta pessoa alguma virtude seminal, à qual chamam de raiz da caridade, pela qual este se torna apto para que, pela graça que lhe é concedida, mereça a vida eterna, e que aquele que não a possui não pode merecer nem a caridade nem a vida eterna. Esta posição, porém, é contrária a todo o ensinamento da Igreja, pelo que deve ser abandonada.

Outros dizem que Deus de modo comum propõe a sua graça a todos e que, aqueles que a apreendem, estes se salvam; os que, porém, não a apreendem, são condenados. Seria como se alguém tendo preparado em uma torre um bom alimento para ti e dissesse: "Sobe aqui para tomares alimento". Tu, porém, por não teres escada ou algum outro auxílio do gênero, não podes subir; e por isso estes dizem que deve haver o concurso de outra graça, para que possas subir àquela graça superior. Mas novamente, para apreender esta será necessária outra, e para apreender esta outra será necessária outra mais ainda, e assim até o infinito. Os que defendem esta posição atribuem tudo à graça, nada deixando ao mérito.

Há também outros que dizem que o homem deve inclinar-se para a graça posposta para que ele possa apreendê-la, sem cuja apreensão ele não poderá erguer-se. Seria como se a alguém que esteja em um poço se lhe estendesse uma corda, sem a qual não lhe seria possível sair do poço. Se este homem se inclinar em direção à corda e a segurar, será tirado do poço, de modo que nisto requereria-se algo por parte do homem, ainda que o mérito não pudesse ser sem a graça. Esta sentença, porém, divide entre o mérito e a graça, de tal modo que algo de bom haveria ali do homem, isto é, pelo menos que levantasse a mão e segurasse a corda, o que, (na realidade, até mesmo isto) não se pode fazer sem a graça. Por este motivo esta outra sentença também deve ser evitada, juntamente com as anteriores.

Pode-se, porém, dizer que a graça de Deus é proposta igualmente ao bom e ao mau, isto é, ao predestinado e ao réprobo, a qual, todavia, um não a apreende e o outro, trazendoa, segue-a. Aquele, ao qual o raio da graça é infundido, fecha os olhos e, deste modo, se repele o raio pelo qual é tocado, merecidamente a graça lhe é subtraída, porque ele mesmo se subtrai. Ocorre, de fato, com a graça, algo como no raio do Sol quando penetra no olho. O olho exerce a visão quando é tocado pelo raio do Sol; o olho é de tal natureza que a visão é exercida por este raio se for por ele tocado, sem o que não há visão no olho. Se o olho não fosse de tal natureza, mesmo tocado pelo raio do Sol nada veria, como ocorre com as paredes ou as pedras que nada vêem mesmo que sejam copiosamente banhadas pelos raios do Sol. Assim também a alma possui uma potência natural para merecer, a qual, porém, não pode ser exercida se não for banhada pelo esplendor da graça. Tocada, porém, por ela, move-se e merece. De onde que tudo provém da graça, de tal modo, porém, que não se exclui o mérito. Seria como o caso de uma criança que ainda não pudendo caminhar fosse conduzida por alguém e efetivamente então caminhasse, o que, porém, não poderia fazê-lo por si mesma, nem também por meio de outro que a conduzisse, se não possuísse uma potência natural para o caminhar. Todavia, neste exemplo, se ela caminha, tudo é dito proceder do que a conduz. Assim, para que a alma possa merecer, duas coisas são exigidas, que são a graça e a potência natural; mas toda a autoridade de merecer é apenas da graça, porque a potência natural nada colocar sem a graça.

ANOTAÇÕES À EPÍSTOLA AOS ROMANOS : C.56.		

QUESTÃO DUCENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA SEXTA.

Diz o Apóstolo:

"Que diremos, pois? Que os gentios, que não seguiam a justiça, abraçaram a justiça, porém, que procede da fé".

Rom.

9,

30

Pergunta-se o que significa a justiça proceder da fé.

SOLUÇÃO.

Significa a justiça proceder da graça, porque não somente pela graça se alcança a fé, mas também após a fé a graça é necessária, para que a fé se cumpra pelas boas obras, cujo cumprimento é dito justiça.

QUESTÃO DUCENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA.

Diz também o Apóstolo:

"Mas Israel, que seguia a lei da justiça, não chegou à lei da justiça. Dou testemunho de que eles têm zelo, ou emulação de Deus, mas não segundo a ciência".

> 9, 31; 10,

Pergunta-se se este zelo é bom, em que consiste, e qual é o seu efeito. Consta que seja bom porque o Apóstolo o menciona em recomendação dos judeus, e os chama também de emuladores, ou que implica no amor de Deus; mas se assim fosse, pareceria que eles teriam algo que seria digno da vida eterna. No entanto, não eram dignos de morte, por terem morto a Cristo? Como, portanto, poderiam possuir o zelo de Deus, isto é, o seu amor? Ademais, se este zelo fosse bom, teria um efeito bom; não foi,

porém, efeito de seu zelo o que fizeram por causa deste zelo? Mas a perseguição dos mártires era pecado mortal, assim como também o foi a morte de Cristo. Como, portanto, o que era bom fazia o mal?

SOLUÇÃO.

Este zelo foi um bom afeto para com Deus, pelo qual estavam prontos a fazer aquilo que a sua consciência lhes ditava que deveria ser feito por causa de Deus. Todavia, não era tanto que os tornasse dignos da vida eterna, não devendo ser chamado de caridade nem de amor de Deus absolutamente entendido. Se, às vezes, é chamado de amor, isto é porque tratava-se de um zelo para com Deus, e o seu efeito não foi a perseguição dos mártires, nem a morte de Cristo, mas o evitar o desprezo de Deus. Estavam, de fato, colocados em uma situação difícil e apertada, e tanto se matassem ou se não matassem a Cristo pecariam mortalmente. Se não matassem a Cristo não pecariam por não te-lo morto, mas porque não o matando, desprezariam a Deus; sucede freqüentemente, de fato, que por um pecado evitase outro.

QUESTÃO DUCENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA QUARTA.

À questão anterior pode-se, então, objetar que matando a Cristo não operavam contra a consciência. Ao contrário, faziam aquilo que criam dever ser feito por causa de Deus. Como, portanto, poderiam estar pecando?

SOLUÇÃO.

Ainda que não operassem contra a consciência, todavia pecavam mortalmente, porque estavam cegados; fizeram, de fato, aquilo que a sua consciência lhes deveria ter ditado que não deveriam fazer.

QUESTÃO DUCENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SEXTA.

Diz o Apóstolo:

"Também agora aqueles que foram reservados foram salvos segundo a escolha da graça. E se foi pela graça, não foi pelas obras de outra sorte a graça já não é graça".

Rom.
11,
5-6

Pergunta-se se tudo provém da graça, o que procede dos méritos? Ou se algo provém do mérito, como pode tudo ser proveniente da graça?

SOLUÇÃO.

Tudo procede da graça, embora algo proceda dos méritos, porque os próprios méritos são provenientes da graça.



OBJEÇÃO À SOLUÇÃO DA QUESTÃO DUCENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SEXTA.

Parece, porém, que a justiça provenha de méritos precedentes, como pode ser visto no caso do centurião Cornélio, narrado no décimo de Atos. Suas orações obtiveram- lhe que pela pregação de Pedro se convertesse e recebesse a fé. Esta fé proveio da graça, mas a graça foi alcançada pelas obras.

SOLUÇÃO.

Não se pode dizer que a graça ou a justiça provenha das obras pois, se assim fosse, o homem poderia justificar-se pelas obras sem a graça, o que não pode ser. Ora, o fato de Cornélio ter orado para que recebesse a fé isto já sucedia por causa de uma graça precedente, pela qual lhe foi também concedida uma graça maior, que foi a graça justificante. Não foi, de fato, inteiramente sem a graça que ele creu em um só Deus e, como dizem os doutores, possuía fé na Encarnação, embora ainda não soubesse que o Verbo se tivesse encarnado, o que veio a saber depois pela pregação de Pedro.

Deve-se notar que uma é a compunção da inveja, pela qual alguém se compunge, se aflige e se consome por causa dos bens alheios; outra é a compunção da culpa pela qual alguém é atormentado na própria consciência, como Judas, que se enforcou no laço pelo seu crime. Outra, finalmente, é a compunção da graça, que ou é a dos principiantes, que se arrependem dos males para que deles se abstenham, ou é a dos perfeitos, que reverenciam a Deus por amor.

QUESTÃO DUCENTÉSIMA OCTOGÉSIMA.

Diz o Apóstolo:

"Porque dEle, e por Ele, e nEle são todas as coisas, a Ele a glória pelos séculos".

Rom. 11, 36

Pergunta-se se os pecados, na medida em que são, procedem de Deus. Se, de fato, "dEle, por Ele e nEle são todas as coisas", também os pecados o serão, ou então os pecados não pertencem ao número de todas as coisas.

SOLUÇÃO.

Alguns dizem que os pecados, na medida em que são, possuem seu ser procedente de Deus. Mas Santo Agostinho diz sobre a natureza do bem que quando se diz que todas as coisas procedem de Deus deve-se por isto entender somente as coisas que são por modo de natureza, e não os pecados, que corrompem a natureza. Os pecados, portanto, de nenhum modo são procedentes de Deus.

QUESTÃO DUCENTÉSIMA OCTOGÉSIMA PRIMEIRA.

Pergunta-se se todas as coisas que possuem ser procedente de Deus devem ser ditas ser de Deus.

SOLUÇÃO.

Somente as coisas que possuem ser da substância divina devem ser ditas de Deus, como o Filho e o Espírito Santo são assim de Deus Pai, pois são dele, porque são de sua essência e consubstanciais a Ele. As criaturas, porém, que procedem de Deus, não são da substância divina, mas do nada.

Note-se que, na questão anterior, ao se dizer "dEle, por Ele e nEle", as preposições "de", "por" e "em", em Latim "ex", "per" e "in", insinuam a trindade das pessoas, enquanto que pelo mesmo pronome "Ele" significa-se a identidade da natureza, que está inteiramente presente em cada uma das pessoas singulares. Dizendo-se, de fato, "de quem" ou "ex quo", entende-se o Pai; "por quem" ou "per quem", entende-se o Filho; e "em quem" ou "in quo", entende-se o Espírito Santo.

QUESTÃO DUCENTÉSIMA OCTOGÉSIMA SEGUNDA.

Pergunta-se como, ao se dizer que "dEle são todas as coisas", entende-se (a pessoa) do Pai, se assim como do Pai são todas as coisas, assim também do Filho e do Espírito Santo?

SOLUÇÃO.

Por causa da autoridade do princípio, porque assim como todas as coisas possuem ser do Pai, o qual não o possui de outro, o Filho, porém, e o Espírito Santo, ainda que sejam um só princípio de todas as criaturas, possuem, todavia, como princípio ou autor o próprio Pai, "a quo", isto é, "procedente do qual", possuem ser, e o próprio serem princípio de tudo o possuem "a Patre", isto é, "procedente do Pai", assim como todas as demais coisas que possuem.

O Comentador diz que na Trindade encontra-se a suma origem de todas as coisas, a perfeitíssima beleza, a beatíssima deleitação, referindo a origem ao Pai, a beleza ao Filho e a deleitação ao Espírito Santo. Deste modo estas três coisas, a origem, a beleza e a deleitação são determinadas porque cada uma se refere determinadamente a cada uma das pessoas, conforme já foi dito. Mas porque toda a Trindade, por sua vez, é a suma origem de todas as coisas, perfeitíssima beleza e beatíssima deleitação, estas mesmas três são ditas infinitas. E isto é o que significa, conforme penso, o que se diz quando se afirma que estas três coisas são mutuamente determinadas entre si e infinitas em si.

QUESTÃO DUCENTÉSIMA OCTOGÉSIMA SEXTA.

Pergunta-se, ademais, como o Espírito Santo seja o amor pelo qual o Pai ama o Filho, e o Filho ama o Pai. Porventura não é o mesmo para o Pai amar e ser e aquilo pelo qual possui o ser e o amar? Se, portanto, o Pai ama pelo Espírito Santo, como não se poderá dizer que o Pai possui o ser procedente do Espírito Santo?

SOLUÇÃO.

Não se diz que o Pai ama pelo Espírito Santo, mas que o Espírito Santo é o amor pelo qual o Pai ama o Filho; porque o Espírito Santo é pela natureza divina, e o Pai ama pela natureza divina. Se, portanto, este termo, o amor pelo qual o Pai ama o Filho, significa um idioma pessoal, (isto é, algo próprio da Pessoa), não é verdade que o Espírito Santo é o amor pelo qual o Pai ama, assim como o Espírito Santo não é o Pai.

QUESTÃO TRICENTÉSIMA SEGUNDA.

Diz o Apóstolo:

"Aquele que ama o próximo, cumpriu a Lei".

Rom.
13,
8

Pergunta-se se o amor do próximo e o amor de Deus são o mesmo.

Se não são o mesmo, como o amor do próximo é a plenitude da Lei? Como toda a lei é restaurada no amor do próximo? Como os três preceitos da primeira tábua, que dizem respeito a Deus, se cumprem no amor do próximo?

Por outro lado, se um e outro são o mesmo, por que foram dados separadamente um preceito do amor a Deus e outro preceito do amor ao próximo?

SOLUÇÃO.

O amor é nome de uma virtude e assim pode ser dito que o mesmo é o amor pelo qual amamos a Deus e ao próximo. É também nome de um movimento da mente, e neste sentido um é o amor de Deus e outro é o amor do próximo, e o amor de Deus é maior do que o amor do próximo, porque o amor de Deus está contido no amor do próximo. Quem, de fato, ama a Deus, por conseqüência ama ao próximo e inversamente; por conseguinte, coloca-se um movimento pelo outro. O amor do próximo, de fato, é um movimento da mente ao próximo por causa de Deus;

como, portanto, pode haver amor ao próximo sem amor de Deus? O amor do próximo é, de fato, uma certa matéria na qual se exerce o amor de Deus, o qual é mais escondido e cujo afeto se manifesta mais abertamente no amor do próximo. O amor de Deus é um movimento da mente para Deus por causa dEle mesmo.

QUESTÃO TRICENTÉSIMA TERCEIRA.

Mas, se o amor de Deus é mais digno do que o amor do próximo, por que o Apóstolo recordou preferencialmente o amor do próximo em vez do amor de Deus, dizendo que aquele é o cumprimento da Lei?

SOLUÇÃO.

Porque o amor do próximo é mais manifesto na vida quotidiana e nos costumes.

QUESTÃO TRICENTÉSIMA QUARTA.

Pergunta-se se o amor do próximo possa ser sem o amor de Deus. Pois parece que pode, porque alguém pode amar o próximo não por causa de Deus, mas por causa de alguma outra coisa.

SOLUÇÃO.

Não se deve conceder que alguém ame o próximo, a não ser que o ame por causa de Deus. Amar diversamente não é amar, antes, é mais propriamente odiar, porque, conforme diz o Salmista,

> "Quem ama a iniqüidade, odeia a sua alma".

> > Salmo 10, 5

Deste modo, não pode amar o seu semelhante quem a si mesmo odeia.

QUESTÃO TRICENTÉSIMA QUINTA.

Pergunta-se, ademais, se devemos amar-nos mutuamente por causa da vida eterna. Se o concedemos, porém, parece que o fazemos por causa de nossa comodidade e, deste modo, somos mercenários. Diz, de fato, Santo Ambrósio, que aquele que serve pela esperança e pelo desejo da pátria celeste é mercenário.

SOLUÇÃO.

O próximo deve ser amado por causa da vida eterna e não é por isso que antepomos algo a Deus, porque Deus mesmo é a própria vida eterna, e nEle não há algo fora dEle além dEle mesmo. Por este motivo, não convém ampliar o sentido das mencionadas palavras de Santo Ambrósio fora de seu contexto, pois passam a soar de modo diverso do uso da Igreja. Santo Ambrósio, ao contrário, parece sugerir que se alguém julgasse que a vida eterna fosse algo distinto e além do próprio Deus e fizesse o bem visando apenas a sua própria comodidade, não porque Deus assim desejasse que seja feito, este alguém deveria ser chamado de mercenário.

QUESTÃO TRICENTÉSIMA SÉTIMA.

Pergunta-se em que lugar foi-nos preceituado como o homem deve amar a si mesmo.

SOLUÇÃO.

Quando se ensina ao homem como se deve amar a Deus, nisto mesmo lhe é ensinado como o homem deve amar a si mesmo.

O que é, de fato, amar a si mesmo, senão amar o seu próprio bem?

Qual é, porém, o bem do homem, senão Deus?

Quem, portanto, ama a Deus, nisto mesmo ama a si próprio. E o quanto amar a Deus, tanto amará a si mesmo.

QUESTÃO TRICENTÉSIMA OITAVA.

Pergunta-se se o homem deve somente amar o próximo como a si mesmo. Pois, de fato, está escrito:

"Amarás o teu próximo como a ti mesmo".

> Mt. 22, 39

SOLUÇÃO.

Assim como a semelhança designa, segundo alguns, não a quantidade, quando se diz

"Ama ao próximo como a ti mesmo",

isto significa "ao mesmo que para ti desejas", ou seja, para que ele venha a possuir a Deus, e entrega-te o quanto possas à obra para que ele possa fazer o que é preciso para que se salve. Não será necessário repetir o que já dissemos acima sobre a caridade. Não todas as coisas podem ou devem ser ditas em todo lugar.

ANOTAÇÕES A EPISTOLA AOS ROMANOS : C./T.		